



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

4, 5 e 6 de agosto 2012



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Espaço Aberto	Data: 06/08/12
Assunto: Besteiro autoritário no Enem		Página: A2

O ESTADO DE S. PAULO

Besteiro autoritário no Enem

Estou atônito com o preciosismo das regras que regerão a correção das redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Os burocratas que as elaboraram violaram duas regras básicas: primeira, ninguém é obrigado a seguir a política dos direitos humanos do governo, salvo no que for regulado por lei; segunda, a ciência de hoje é a mentira de amanhã.

Se o governo gosta de algumas proposições, como direitos humanos, que as defenda nos lugares apropriados. Mas obrigar que todos marchem na mesma cadência é totalitarismo. Aprendemos isso estudando História.

Entendo que os direitos humanos sejam defendidos com toda a ênfase, mas de maneira nenhuma que a sua defesa contamine a suposta mensuração do conhecimento da língua portuguesa pelos alunos. Se o governo quer avaliar os direitos humanos por meio do Enem, que crie uma prova para isso, não contrabandeie suas preferências ideológicas para uma prova de linguagem. Faça como fizeram os governos militares, que criaram uma disciplina específica para difundir a sua ideologia, Educação Moral e Cívica.

Todos os estudantes têm o direito essencial de pensar como quiserem, da maneira que bem entenderem e por suas próprias razões. Boicotar voluntariamente pessoas, produtos e empresas por não concordarem com o que gostamos é uma coisa. Reprovar alunos é outra.

Vou entrar agora em terrenos movediços. Mas não tomarei partido de nenhum deles, por enquanto.

Devemos ou não ter cotas raciais para escolas, empregos, etc.? As pessoas devem ou não ter o direito de adotar o comportamento sexual que bem lhes aprouver? Os mórmons devem ou não ter o direito legal de constituir famílias poligâmicas? Os judeus devem ou não ter o direito de "mutilar" seus filhos pela circuncisão religiosa (um tribunal alemão decidiu recentemente que não o podem fazer)?

A resposta para todas essas perguntas é sim, desde que ninguém seja obrigado a participar. E mais: o que são direitos e o que não são mudam no tempo e no espaço. O terreno fica ainda mais pantanoso porque entramos no direito de livre-pensar e de livre-agir das pessoas em função de suas crenças.

Quaisquer direitos, quando entraram na agenda política, foram considerados subversivos em muitos lugares. O voto feminino, por exemplo, é uma conquista muito recente das democracias modernas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Esquecemo-nos de que vivemos com invenções que tornaram nossa vida melhor porque houve muitos excêntricos que se recusaram a pensar conforme as crenças dominantes em sua época. Por causa disso muitos foram processados, queimados em fogueiras, torturados, asfixiados em câmaras de gás, forçados a mudar-se de sua terra natal ou, pura e simplesmente, exterminados.

Os excêntricos violam regras existentes. Uma coisa tão simples como os germes só foi descoberta em 1847, quando o dr. Ignaz Semmelweis, médico do Hospital Geral de Viena, percebeu que havia um número muito maior de mortes resultantes de infecção pós-parto entre parturientes que haviam sido atendidas por médicos e estudantes de medicina do que entre as atendidas por parteiras. Ora, isso ia contra o senso comum. A crença era de que médicos e acadêmicos eram mais competentes que parteiras curiosas.

Semmelweis desafiou o senso comum, foi investigar por que isso ocorria e fez uma revolução na medicina e na ciência. Os acadêmicos saíam das mesas de autópsia para as salas de parto e, sem lavar as mãos, contaminavam as parturientes com os germes, até então desconhecidos. O que seria da nossa vida se alguém não tivesse contrariado o pensamento dominante?

Se levarmos isso para a política, veremos que muitas conquistas se devem a pensamentos que contrariaram as noções dominantes. Se assim não fosse, não teríamos República, democracia, ausência de escravidão, fim de ditaduras e muitas outras coisas valiosas.

Precisamos tomar cuidado com o a febre do "testismo" que está contaminando a educação brasileira, em que um bando de supostos sábios estabelece regras ridículas para corrigir algo tão simples como uma redação. Isso gera empregos para testadores e professores desempregados, mas, na realidade, mede muito pouco, ou nada, da criatividade das pessoas. Afinal, criatividade parece ser a grande qualidade de que a economia brasileira precisa: inovadores que se atrevam a pensar diferente.

Quem sabe, surgirão ideias novas nessas redações. Todavia a preocupação de ser condenado pelo resto da vida com uma nota baixa no Enem inibe imensamente o potencial criativo dos estudantes. E não há de ser um bando de burocratas que medirá isso. Porque a única coisa que burocratas medem, e com muita eficácia, é o tamanho de seus salários.

Insisto em lembrar que a ciência de hoje é a mentira de amanhã. Não fosse isso, não teríamos ido à Lua. Creia o leitor ou não, na minha juventude (e fui parcamente educado numa escola religiosa) circulava uma revista que tentava passar ideologia religiosa por intermédio de histórias em quadrinhos. Numa delas, um viajante espacial, parecido com o herói dos quadrinhos convencionais Flash Gordon, ia em sua nave em direção a outro planeta. Subitamente, era cegado por uma luz muito forte e "entendia" que alguma força superior lhe estava dizendo que era a hora de voltar para a Terra e desistir de viagens interplanetárias... Isso foi em meados dos anos 1950.

Como estaríamos hoje sem os visionários e sem todos aquele que tiveram a coragem de desafiar leis e determinações de governos?



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Opinião	Data: 04/08/12
Assunto: Deve ser obrigatório o gasto de 10% do PIB com educação?		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

Deve ser obrigatório o gasto de 10% do PIB com educação?

Depois de 18 meses de tramitação, a Comissão Especial do Plano Nacional de Educação na Câmara concluiu a votação do novo Plano Nacional de Educação.

O texto, que ainda precisa passar pelo Senado, estabelece 20 metas que o país deve atingir no prazo de dez anos. Entre elas: fim do analfabetismo, aumento do atendimento em creches, ensino em tempo integral em ao menos 50% das escolas públicas e o crescimento da fatia da população com ensino superior.

Ao longo de todo o debate na Câmara, no entanto, o maior embate foi sobre o aumento dos recursos para a educação. Atualmente, União, Estados e municípios aplicam, juntos, cerca de 5% do PIB no setor. De acordo com a proposta inicial do governo, a meta de financiamento do PNE seria de 7% do PIB em dez anos.

Mas há muito tempo movimentos sociais, estudantes e profissionais da educação reivindicam um aumento significativo de recursos. Já no primeiro PNE (2001 - 2011), vetado por FHC, o Congresso tinha aprovado 7% do PIB para a educação. Dez anos depois, o governo Dilma propôs o mesmo índice para 2021, o que gerou protestos em todo o país.

Durante a tramitação na Câmara, o valor foi sendo ampliado. Mas, para especialistas, continuava insuficiente para que a educação superasse o seu atraso histórico.

Desde os anos 90, pesquisas apontam os 10% do PIB como patamar mínimo a ser investido, ao longo de vários anos, para garantir acesso, permanência e qualidade na educação e superar problemas estruturais.

Após muita pressão dos movimentos e de partidos como o PSOL, um acordo feito entre governo e oposição garantiu a aprovação dos 10% na comissão especial. O governo se comprometeu a investir 7% do PIB na educação nos primeiros cinco anos de vigência do plano (até 2016) e 10% ao final de dez anos (até 2021). A aprovação de forma escalonada, no entanto, não garante por si só a melhoria dos problemas.

Quando falamos em qualidade social da educação, é fundamental considerar o custo-aluno-qualidade e aspectos como a redução do número de alunos em sala de aula, valorização, salários dignos e formação continuada dos docentes. Para garantir tudo isso, é fundamental recursos suficientes.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Países da OCDE que hoje investem entre 5 e 6% de seu PIB no setor já superaram aspectos como esse, sobretudo porque investiram, durante muito tempo, patamares bastante superiores a 10% do PIB na educação. O Brasil, portanto, ainda não fez sua lição de casa.

O governo e setores contrários ao aumento do financiamento da educação dizem que destinar 10% do PIB ao setor é perdulário, num contexto em que faltam recursos.

É preciso lembrar, no entanto, que os R\$ 450 bilhões a mais que agora devem ser aportados à educação, no período de dez anos, estão muito distantes do que o governo gastará no mesmo período com o pagamento de juros da dívida pública.

Só em 2011, foram R\$ 230 bilhões. Ou seja, o governo aceita gastar R\$ 230 bilhões ao ano em juros da dívida, mas diz não ter R\$ 450 bilhões em dez anos para a educação.

A presidenta Dilma ainda ameaça levar a discussão do PNE para o plenário da Câmara e tentar mudar o texto no Senado. Ou seja, ainda há muita luta pela frente.

Como o PNE não prevê sanção no caso de descumprimento de suas metas, somente a mobilização popular nas ruas e no Parlamento pode garantir a aplicação correta da porcentagem do PIB na educação.

É necessário, assim, que os setores que se preocupam com a qualidade da educação continuem alertas. Do contrário, a conquista dos 10% do PIB pode não sair do papel.

Ivan Valente



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 06/08/12
Assunto: É preciso repensar a Escola		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

É preciso repensar a Escola

O modelo escolar está em crise. A estrutura monolítica criada para satisfazer às demandas de uma economia industrial se tornou obsoleta e hoje se debate para permanecer ativa e relevante em um contexto social que, embora valorize a Educação como direito e patrimônio, não suporta a ideia de aulas longas e monótonas nem vê muito valor em diplomas. A maioria dos professores está sobrecarregada, mal-remunerada e desmotivada, sem plano de carreira que valorize o aprendizado e a relação com a classe. Processos comerciais travestidos de "metodologias de ensino" padronizam disciplinas e avaliações, transformando muitas instituições em centros de adestramento, preparatórios para determinados exames ou necessidades operacionais do mercado.

Mesmo as instituições que apresentam bom desempenho em classificações tem uma enorme dificuldade em prender a atenção de seus alunos ou prepará-los para os desafios de um ambiente dinâmico, interativo e conectado. A educação em lotes que dirige mensagens entediadas, genéricas e repetitivas a massas de alunos é incapaz de vencer o conteúdo piscante e colorido de notebooks, tablets e dos onipresentes celulares. Não há biblioteca mais conectada e abrangente do que o Google, nem educador que saiba mais do que está na rede.

E nem é preciso haver. A ideia de um professor sabe-tudo, que traz o conhecimento pronto e empacotado para o aluno (do Latim, aquele "sem luz") é uma distorção surgida com a Revolução Industrial. Antes dela, e em qualquer sociedade primitiva que nunca tenha visto uma sala de aula, o que sempre houve foi um ensino individualizado, focado na resolução de problemas. Cabia ao aprendiz a identificação de novidades e crises, trazidas para consideração de seus mestres, em um processo contínuo de crescimento e avaliação mútuos.

Até o começo do século 21 não havia tempo nem recursos disponíveis para esse tipo de aprendizado, que acabava restrito às orientações de elite das grandes universidades e centros de pesquisa. A Internet e as tecnologias digitais permitem a recuperação dessa forma milenar de ensino. Mas para isso é preciso reestruturar a Educação.

Um dos primeiros passos para a mudança é compreender que escolas, como as conhecemos, não foram feitas para a educação global. Sempre haverá mais demanda do que oferta, sempre haverá Einsteins que deram o azar de nascerem na Tanzânia. Nessas condições não adianta estabelecer cotas, lotar classes ou sobrecarregar professores com aulas porque isso não vai melhorar a qualidade do ensino. Nem é possível enganar alunos com a promessa de um aprendizado mágico, no melhor estilo das receitas de auto-ajuda. O que é fundamental é levar o conhecimento estruturado para a Internet, tirando de cada novo console digital seu valor educacional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Várias tecnologias existentes hoje podem ter aplicações didáticas. Videogames podem ser usados como ambientes de simulação e compreensão de múltiplas variáveis, estimulando a tomada rápida de decisões. Sensores de biometria podem ser aplicados na Educação Física e esportes. Dados de GPS estimulam o ensino de ciências sociais e o estudo de dinâmicas populacionais. Tablets substituem vídeos e livros didáticos, agregando a eles componentes interativos. Serviços de Computação em Nuvem facilitam a sincronia de trabalhos em grupo e a organização de bibliotecas de referência. Circuitos eletrônicos como Arduino ajudam a compreensão do funcionamento de máquinas. Smartphones integram a escola à dinâmica social, registrando tarefas de campo, seminários e visitas técnicas. Repositórios de vídeo podem conter bibliotecas de aulas e documentários e referência. Simuladores podem ajudar na compreensão de situações complexas e dinâmicas como o relacionamento pessoal, a operação de máquinas complexas, intervenções cirúrgicas, administração de empresas ou cidades. Câmaras facilitam a coleta e o compartilhamento de informações. E assim por diante.

Nenhuma tecnologia, no entanto, é poderosa o suficiente para mudar um sistema tão tradicional. Para complementá-las, uma nova metodologia de ensino pode ser desenvolvida tendo a Internet como base. Seu programa de curso não se basearia em palestras monolíticas voltadas para um público médio, mas fragmentaria o conteúdo em um conjunto de módulos curtos e complementares, que permitissem vários pontos de conexão. Pequenas avaliações podem estar embutidas nos vídeos, com perguntas de interpretação do conteúdo ou até questões mais complexas, a serem corrigidas por especialistas remotos.

Tal prática poderia reformular a carreira de professor, habilitando muitos especialistas a seguirem carreiras de aprendizado contínuo, que começariam com a monitoria de aulas e atendimento a dúvidas, passariam pela correção de provas e por elaboração de programas até chegar à elaboração de material didático. Os mais extrovertidos poderiam até dar aulas para o vídeo ou fazer workshops em eventos. Todas as funções seriam proporcionalmente importantes, remuneradas pelo esforço empregado.

Nesse método cada estudante poderia determinar o conteúdo que desejasse aprender e interagir com ele da forma e no local que lhe fosse mais adequado, seja em casa, na hora do almoço, fazendo ginástica ou no transporte público. Aquele que tiver maior preparo ou habilidade poderia ir direto para níveis avançados ou se especializar em determinadas aplicações, enquanto quem tem deficiências de conhecimento ou aprendizado poderia progredir de acordo com suas possibilidades e capacidades. A nota final poderia levar em conta a auto-avaliação, dados de frequência e produtividade gerados pelo sistema e notas diversas dadas pela rede social que se formasse em torno do conteúdo, removendo parte de sua subjetividade.

Por não enfrentarem os limites físicos de locais ou horários, processos assim poderiam tornar a experiência didática algo verdadeiramente universal, acessível a qualquer pessoa conectada à rede, mesmo que por tempo limitado, o suficiente para descarregar a aula em seu aparelho ou para enviar sua prova. Disponíveis gratuitamente ou a custos baixíssimos, poderiam acabar com a ideia que ainda se tem da Escola como o fim de um processo, transformando-a no que deveria ser, o início de uma relação tão frutífera quanto infinita.

Luli Radfahrer



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: O Globo	Editoria: Educação	Data: 06/08/12
Assunto: Alfabetização: MEC precisa definir parâmetros		Página: Online



Alfabetização: MEC precisa definir parâmetros

Apesar de pacto nacional, Educação de alunos de até 8 anos precisa ser detalhada. Para a coordenadora geral do Todos Pela Educação, Andrea Bergamaschi, não consolidar essa etapa na idade certa compromete o desempenho das crianças nos anos seguintes

Um mês após ter sido criado pelo Ministério da Educação, o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa já recebeu a adesão de 19 estados e 3.300 municípios brasileiros. O programa prevê que os governos assumam o compromisso de alfabetizar as crianças até os 8 anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental (antiga 2ª série). Especialistas, porém, afirmam que falta definir melhor o nível de conhecimento esperado dos alunos em cada um dos três primeiros anos do ensino fundamental. E temem que, sem esta definição, alunos de escolas públicas sejam prejudicados.

Tabulações feitas pelo GLOBO nos dados do Censo do IBGE mostram que, entre as crianças mais ricas, de famílias com renda per capita superior a R\$ 1.020, a imensa maioria (83%) já está alfabetizada aos 6 anos. Entre as mais pobres (renda per capita inferior a R\$ 128), são menos da metade (42%). Aos 10 anos, o analfabetismo entre as mais ricas é residual (1%), mas ainda é significativo entre as mais pobres, chegando a 14%. No total da população dessa idade, o analfabetismo atinge 6%.

De acordo com o ex-secretário executivo do MEC e presidente da organização não governamental Instituto Alfa e Beto, João Batista Oliveira, crianças de 6 anos já são capazes de entender o código alfabético e compreender como as letras transcrevem os sons da língua. Mas, para ele, o MEC precisa definir melhor o que entende como alfabetização, e isto não está explicitado no texto do pacto:

— Alfabetizar é aprender como funciona o alfabeto. Não são necessários mais que alguns meses para aprender isso. Nas escolas particulares, a alfabetização ocorre aos 6 anos. O MEC não define o que é alfabetizar.

Compreensão de texto e matemática

A professora do Programa de Pós-graduação em Distúrbios de Desenvolvimento da Universidade Mackenzie Alessandra Seabra teme que os professores responsáveis por alfabetizar as crianças fiquem perdidos sobre o que se espera dos alunos de 8 anos.

— Os professores podem pensar que apenas para dominar o código alfabético as crianças podem levar três anos. Ou seja, o professor pode ficar três anos fazendo o que poderia fazer em um ano — afirma.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O secretário de Educação Básica do MEC, Antônio César Callegari, concorda que é possível fazer com que os alunos, aos 6 anos, sejam capazes de compreender o código alfabético. Mas diz que o objetivo do ministério é que, aos 8 anos, eles saibam mais do que isso, que consigam entender e construir textos e resolver questões matemáticas.

De acordo com Callegari, as definições sobre o que se espera das crianças em cada etapa dos três primeiros anos do ensino fundamental em relação à alfabetização estarão expressas de forma clara em um programa, que está sendo finalizado pelo governo, de formação continuada para os 315 mil professores alfabetizadores.

— Esse programa de formação continuada dos 315 mil professores alfabetizadores no Brasil contém os objetivos e direitos de aprendizagem durante o ciclo de alfabetização, esclarecendo quais são as habilidades, os conteúdos e direitos que qualquer criança tem que ter concretizado durante o ciclo de alfabetização. Estamos organizando quais são os objetivos intermediários ao final de cada uma das etapas dos três primeiros anos do ensino fundamental — afirma Callegari.

Assim como o MEC, a ONG Todos pela Educação tem como meta lutar para que todas as crianças estejam plenamente alfabetizadas aos 8 anos, sejam capazes de interpretar um texto, compreender o contexto dele e tenham noções mínimas de matemática. Exame aplicado pela ONG em 2011 em escolas públicas e privadas concluiu que apenas 56% das crianças que terminaram o 3º ano do ensino fundamental compreenderam o que era esperado em leitura; e 43%, em matemática.

— Se a criança não consolida a alfabetização na idade certa, ela compromete o seu desempenho nos anos seguintes — afirma a coordenadora-geral da ONG, Andrea Bergamaschi.

Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Cleuza Repulho lembra que cada criança tem um ritmo próprio e diz que apressar a escolaridade, fazendo com que os alunos pulem etapas, não é aconselhável.

— Uma criança pode ser alfabetizada antes (dos 8 anos), mas não queremos forçá-la a ter o mesmo ritmo. O aluno pode até entender o código alfabético aos 5 anos, mas o que não pode é ultrapassar os 8 anos sem estar alfabetizado — afirma Cleuza.

Preparo de professor é criticado

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa prevê que sejam feitas três avaliações para analisar se os estudantes sabem de fato ler e escrever: no início e no final do 2º ano do ensino fundamental, além de uma no final do 3º ano. E estão previstos ainda a formação continuada de professores alfabetizadores e o apoio do MEC com material didático.

A maneira como as universidades e os cursos preparam os professores que vão ensinar as crianças a ler e escrever é alvo de críticas de especialistas.

— A formação de professores está muito distante do que é necessário. Tem muito professor que chega com um conteúdo grande em sala, mas não sabe como gerir uma sala de aula, não está preparado para a prática — afirma Andrea Bergamaschi.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

‘Não existe método descartado’ para a alfabetização

Crianças com menos de 6 anos incentivadas pelos pais desde cedo a aprender e com acesso a livros e revistas têm iniciado o 1º ano do ensino fundamental já com o processo de alfabetização iniciado.

— Não é com a maioria que isso acontece, mas há crianças que chegam ao 1º ano sabendo identificar letras e palavras — afirma Isabel Cossalter, coordenadora pedagógica do ensino fundamental do colégio particular paulista I. L. Peretz.

O I. L. Peretz tem como meta alfabetizar plenamente os seus alunos até o final do 2º ano do ensino fundamental. Um ano antes, portanto, da meta estabelecida pelo Ministério da Educação no pacto firmado com prefeituras e estados.

Segundo a presidente da ONG Comunidade Educativa, Beatriz Cardoso, escolas particulares conseguem alfabetizar mais cedo que as públicas por vários fatores.

— Seu contingente é constituído de alunos com background cultural mais rico, têm professores com melhor formação, alunos com maior poder aquisitivo e acesso a livros, materiais diversos e vida cultural, além de ajuda de pais letrados que estimulam e ajudam os filhos — afirma Beatriz.

No Rio, o índice de faltas dos alunos do 1º ano do ensino fundamental nas escolas municipais preocupa a prefeitura. Segundo o município, são as crianças matriculadas no 1º ano — em que o processo de alfabetização é mais reforçado — as que mais faltam.

— Se a criança não vai, não tem como alfabetizar. Vinte e quatro por cento dos alunos de 1º ano têm 12,5% de faltas. Nenhuma série tem tantas faltas como o 1º ano. A gente vai assinar um pacto com os pais para que eles se comprometam com a presença dos filhos na escola — afirma a secretária Claudia Costin.

Professora do Ciep 1º de Maio, em Santa Cruz, no Rio, Vanda Regina Barbosa diz que um bom entrosamento entre os professores e os pais dos alunos é importante para ter sucesso na alfabetização das crianças. Segundo Vanda, que por dois anos consecutivos esteve entre as dez melhores alfabetizadoras da rede municipal carioca, é fundamental saber quais são as dificuldades e os problemas enfrentados pelos estudantes.

O Ciep onde Vanda trabalha se destaca entre as escolas públicas da cidade, pois alunos do 3º ano do ensino fundamental conseguiram o melhor Índice de Desenvolvimento da Educação do Rio de Janeiro (IDE-Rio) de 2010.

De acordo com Vanda, o segredo para conseguir alfabetizar é ter persistência.

— No começo do 1º ano do ensino fundamental, os professores têm que fazer de tudo. Não existe método ultrapassado ou descartado. Você tenta um método, depois usa outros e depois outros. Tem que tentar de tudo e se esforçar — afirma a professora.



Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Geral

Data: 04/08/2012

Assunto: Incentivo ao ensino em tempo integral

Página: 25

DIÁRIO CATARINENSE

SEMINÁRIO

Incentivo ao ensino em tempo integral

Iniciativa debate as diferentes práticas de atividades com os alunos

São Paulo

JÚLIA ANTUNES LORENÇO *

Incentivar a educação integral e fazer com que ela ultrapasse o conceito de ficar o dia inteiro na escola e vá além dos muros da instituição foi a discussão levantada pelo Seminário Nacional Educação Integral: Experiências que Transformam, realizado ontem em São Paulo.

O encontro de formação é o primeiro de outros cinco, que vão discutir a prática de forma regionalizada. Na Região Sul, o evento será nos dias 28 e 29 de agosto, em Porto Alegre. Ele será voltado para gestores e educadores de ONGs que inscreveram seus projetos na nona edição do Prêmio Itaú-Unicef, que, em 2011,

Para participar

- **O quê:** Encontro Regional de Formação da 9ª edição do Prêmio Itaú-Unicef
- **Tema:** Educação Integral
- **Quando:** dias 28 e 29 de agosto
- **Inscrições:** o encontro é gratuito, mas as vagas são limitadas. Podem ser feitas pelo site a partir da próxima semana

avaliou 2.992 trabalhos. Cada edição do prêmio tem duração de dois anos.

No ano passado, os projetos da nona edição foram inscritos e premiados, e, agora, todos passam por estes cursos de formação para aprimorar suas ações. As inscrições são gratuitas e limitadas. A iniciativa debate práticas que cumpriram o papel de explorar diferentes atividades, que

contribuíram para o modelo integral.

O vice-presidente da Fundação Itaú Social, Antonio Matias, acredita que o modelo integral cumpre o papel da formação plena do ser humano, indo além da inserção econômica dos estudantes na sociedade. Para eles, os encontros regionais são importantes porque cada região do país tem suas especificidades e devem estar nos projetos.

A presidente do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Maria Alice Setúbal, observa que não se pode resumir a dar apenas disciplinas curriculares para que a criança passe o dia na escola.

julia.antunes@diario.com.br

* A repórter viajou a convite da Fundação Itaú Social



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Artigo	Data: 06/08/2012
Assunto: Educação: índices pioraram		Página: 02

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Educação: índices pioraram

RENATO OLEGARIO

Professor

Moacir Pereira, em sua coluna de 20 de julho, referencia dados colhidos por Gustavo Ioschpe e relatados durante palestra na sede da Fiesc. Segundo o palestrante, 74% da população brasileira sabe ler, mas não compreende o que leu. Isso não me causa surpresa. Num país onde a aprovação se dá por decreto, e não por mérito, é aceitável que aproximadamente três quartos da população seja semianalfabeta.

Mas pode-se piorar as coisas. Nessa aprovação compulsória, a única condição de reprovação não está associada a conhecimento, mas à frequência às aulas. E temos, então, algo em torno de 25% de reprovados. Preste atenção, leitor: os que reprovam, reprovam porque não sabem nada. Os aprovados, também não sabem nada, mas ao menos frequentam a escola.

O colunista ressalta que o grande problema da educação no Brasil é a escola pública. Explicita que não é a falta de recursos, mas sim a má gerência destes. E mexe em uma ferida dolorosa: a desvinculação entre salário e melhoria de ensino. Essa discussão deixa os professores à beira da histeria, pois "o salário é sagrado". Para os professores, os culpados pelo mau desempenho são os alunos, os pais dos alunos, as condições da escola, a merenda escolar, o clima, a direção, o governo do Estado, a dona Dilma, o Barack Obama, mas nunca o professor!

Para o colunista, enquanto não mudar a postura dos professores, não mudará a prática pedagógica. Busco resposta a uma questão há tempos: se houvesse um Conselho Federal de Professores, com normas claras quanto à atuação e competência, os salários seriam tão baixos? Ou os salários são baixos porque qualquer um pode ser professor e substituí-los é muito fácil?

O problema maior, penso eu, seria criar um sistema de avaliação novo, tanto para alunos, professores e escolas. Todos somos avaliados informalmente a todo momento e por todos. Gostemos ou não, essa avaliação é que nos rotula. E, a partir da análise desse rótulo, é que repensamos nossa postura e buscamos melhorar nosso índice.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Jornal de Santa Catarina	Editoria: Geral	Data: 4 e 5/08/2012
Assunto: Escola promove passeio		Página: 20

JORNAL DE SANTA CATARINA

www.santa.com.br

Escola promove passeio

BLUMENAU - A Escola de Educação Básica Comendador Arno Zadrozny promove sábado, a partir das 15h, um passeio ciclístico. O ponto de encontro será na Praça da Fonte Luminosa e a participação é gratuita e aberta à comunidade. O passeio será guiado e seguirá por ruas da região central de Blumenau, que estarão parcialmente interditadas. O objetivo é promover a saúde e bem-estar e aproveitar o fim de semana de sol.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Cotidiano	Data: 04/08/2012
Assunto: Greve dos professores na Bahia chega ao fim depois de 115 dias		Página: C5

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL * * * WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S.PAULO

EDUCAÇÃO

Greve de professores na Bahia chega ao fim depois de 115 dias

DE SALVADOR - Os professores da rede pública da Bahia decidiram ontem terminar a greve, que durou 115 dias.

A rotina de aulas será retomada a partir de segunda-feira, quando deverá ser organizado o calendário de reposição dos dias letivos perdidos.

A vice-coordenadora da APLB (sindicato dos trabalhadores em educação), Marilene Betros, disse que a categoria não está satisfeita com o reajuste salarial oferecido pelo governo do Estado, mas decidiu retornar ao trabalho em respeito a alunos e professores.

“Compreendemos que é o momento de termos respeito aos nossos estudantes e colegas de trabalho, que não podem mais ser prejudicados.”

A categoria decidiu aceitar uma contraproposta do go-

verno: readmissão dos docentes demitidos durante a greve, devolução dos salários suspensos, retomada dos repasses sindicais e retirada dos processos na Justiça.

O governo manteve a proposta salarial com 7% de aumento em novembro de 2012 e outros 7% em março de 2013, além do reajuste anual dado aos servidores (entre 6,5% e 11,5%). Os docentes queriam 22,22% ainda neste ano.

Em nota, a Secretaria da Educação classificou como “muito positiva” a suspensão da greve e solicitou que diretores se unam às unidades de ensino para ajustar o calendário de reposição.

Neste semestre, as aulas serão repostas aos sábados. Também deve haver reposição de aulas em janeiro e fevereiro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário de Notícias (Criciúma)	Editoria: Geral	Data: 06/08/12
Assunto: Concurso Fundação Catarinense de Educação Especial		Página: 15

Diário *de* Notícias

Concurso Fundação Catarinense de Educação Especial

Com vagas destinadas ao cargo de Professor Admitido Temporário para o ano letivo de 2013, a Fundação Catarinense de Educação Especial (FCEE), recebe inscrições até o dia 24 de agosto de 2012. A FCEE é uma instituição de caráter beneficente, instrutivo e científico, dotada de personalidade jurídica de direito público, sem fins lucrativos, a instituição é vinculada a Secretaria de Estado da

Educação.

Os interessados em participar do processo seletivo deverão se inscrever somente pela internet e para maiores informações, no site <http://www.fcee.sc.gov.br>. A taxa cobrada será de R\$ 30,00 e poderá ser paga em moeda corrente ou com cheque nominal em favor da ACAFE.

As vagas serão destinadas para profissionais das seguintes áreas: Professor Adaptador em

Relevo, Professor Instrutor da LIBRAS, Professor Bilíngüe, Professor Adaptador em Tinta, Professor Intérprete LIBRAS, Professor Revisor em Braille e Professor Transcritor Braille. A jornada de trabalho pode variar de 10, 20, 30 ou 40 horas semanais.

A prova escrita está prevista para ser realizada no dia 21 de outubro de 2012. No momento da inscrição o candidato poderá optar pelo mu-

nício onde será realizada a avaliação, dentre as opções estão: Araranguá, Biguaçu, Blumenau, Brusque, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Concórdia, Criciúma, Curitibanos, Florianópolis, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Mafra, Palhoça, Porto União, Rio do Sul, São José, São Lourenço do Oeste, São Miguel do Oeste, Tubarão, Videira e Xanxerê.